

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA NO OESTE PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO EM PALOTINA-PR.

CARACTERIZACIÓN SOCIO-ESPACIAL DE LA AGRICULTURA EN EL OESTE PARANAENSE: UN ESTUDIO DE CASO EN PALOTINA-PR.

SOCIO-SPACIAL CHARACTERIZATION OF AGRICULTURE IN THE WEST PART OF PARANA: A CASE STUDY IN PALOTINA.

Diane Belusso¹

dianebelusso@yahoo.com.br

Elpídio Serra²

elpidio_serra@hotmail.com

Resumo: A produção agrícola no Oeste do Paraná e especificamente no município de Palotina, apresenta uma configuração que resultou das transformações a partir do pacote tecnológico do processo de “modernização da agricultura”. Nesta pesquisa, se pretendeu caracterizar o espaço geográfico da atividade agrícola no Oeste do Paraná e demonstrar o papel das empresas cooperativistas - presentes desde os primórdios da colonização no Oeste do Paraná - como coadjuvantes da consolidação do modelo imposto pela “modernização da agricultura”. No município de Palotina, evidencia-se a função de uma empresa cooperativista fundada em 1963 e que ao longo de quatro décadas acompanhou a intensificação das relações entre terra, trabalho e tecnologia, principalmente a partir de 1997 com a implantação de um Complexo Industrial Avícola.

Palavras-chave: modernização da agricultura, cooperativas agrícolas, colonização, fronteira agrícola, questão agrária.

Abstract: The agricultural production in the west part of Parana and specifically in Palotina, presents a configuration which resulted from transformations starting from the technological package of “agriculture modernization” process. In this article, was intended to characterize the geographic space of the agricultural activity in the west part of Parana

¹Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá e integrante do Grupo de Estudos de Paisagem e Desenvolvimento Rural – Bolsista CNPq – Brasil.

² Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE).

colonization – as coadjutants of the model imposed by “agriculture modernization”. In Palotina was evidenced the role of an enterprise with co-operative system that was founded in 1963 and that during four decades attended the intensification of relations among, ground, work and technology, mainly after 1997 with the implantation of an Aviculturist Industrial Complex.

Key-words: agriculture modernization, agricultural co-operative system, colonization, agricultural frontier, agrarian matter.

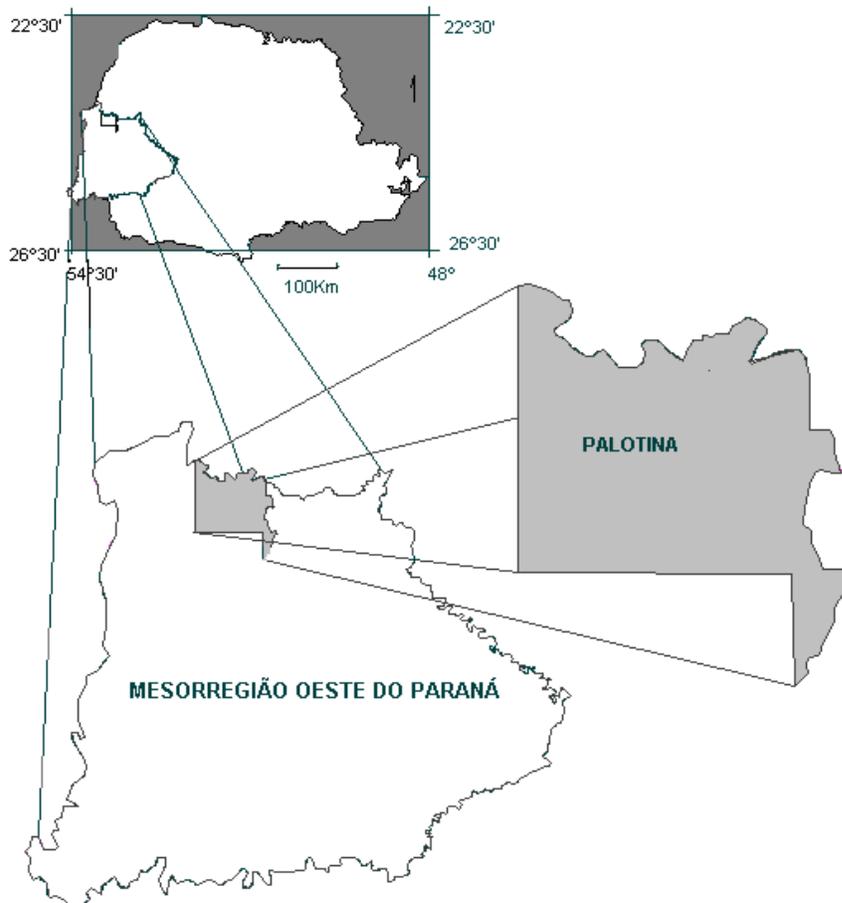
Resumen: La producción agrícola en el oeste del Paraná y específicamente en la municipalidad de Palotina, presenta una configuración que resultó de las transformaciones a partir del paquete tecnológico del proceso de “modernización de la agricultura”. En este artículo, se pretendió caracterizar el espacio geográfico de la actividad agrícola en el oeste del Paraná y demostrar el papel de las empresas cooperativistas presentes desde el principio de la colonización del oeste del Paraná como coadyuvantes de la consolidación del modelo impuesto por la “modernización de la agricultura”. En la municipalidad de Palotina se evidencia la función de una empresa cooperativista fundada em 1963 y que a lo largo de cuatro décadas acompañó la intensificación de las relaciones entre tierra, trabajo y tecnología, principalmente a partir de 1997 con la implantación de un complejo industrial avícola.

Palabras clave: modernización de la agricultura, cooperativas agrícolas, colonización, frontera agrícola, cuestión agraria.

O município de Palotina e a região da qual ele faz parte serão entendidos, nesse texto, por meio do conhecimento de como o território é utilizado para determinado fim (adotado como variável explicativa) e de acordo com a evolução diferencial da sociedade, “[...] no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1977).

O município de Palotina se localiza no Extremo-Oeste do Paraná; micro-região de Toledo; Mesorregião Oeste Paranaense (MAPA 01). Possui 25.765 habitantes (IBGE, 2000) e uma área de 64.743 hectares.

MAPA 01 – Localização do município de Palotina na Mesorregião Oeste do Paraná.



Fonte: PARANÁ (2004)
Elaboração: Diane Belusso, 2006.

A variável explicativa à caracterização desta área de estudo, portanto, será o fato da utilização deste território, entre outras, como suporte para uma dinâmica voltada para o agronegócio. De modo específico, o espaço geográfico de implantação, pela empresa cooperativista, do Complexo Industrial Avícola C.Vale como resultado da evolução da produção agropecuária e do modelo de associação dos produtores rurais em Palotina.

Esta caracterização significa responder: de que espaço se está falando? Espaço geográfico como produto do processo de trabalho da sociedade, [...] “É assim um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz” (CARLOS, 2000: 15).

Segundo Andrade (1998), o espaço geográfico se interpenetra em um mesmo território com o espaço econômico - espaço elaborado pelas empresas ao estabelecerem a sua área de influência para o desenvolvimento de suas atividades e projetos.

A identificação de uma atividade agroindustrial especializada e emergente, como característica essencial do Extremo-Oeste paranaense, está fundamentada no contexto e no processo de ocupação e de uso do solo agrícola.

Quanto à base física ambiental, se ressalta o clima úmido e o solo fértil³ que possibilitaram, ao longo dos anos, a existência de florestas exuberantes que cobriam cerca de 65% do território da região Oeste. A partir de 1930, a pressão por desmatamento, inicialmente para fins madeireiros e em seguida para o uso agrícola, fez restar o correspondente a 12% da cobertura vegetal original (IPARDES, 2004). O histórico da ocupação e da exploração agropecuária desta região, por exemplo, registrou um modelo voltado à produção em detrimento da preservação ambiental.

Segundo Falvo (1997), no caso de Palotina, menos de 4% do território municipal está coberto por florestas naturais e plantadas, pois, na maior parte (cerca de 80% do território) a terra é utilizada com lavouras temporárias.

Ainda, conforme Falvo (1997), Palotina apresenta uma aparente homogeneidade de relevo⁴ com superfícies aplainadas, pouco dissecadas, compreendendo planícies e terraços fluviais - é drenado pela bacia hidrográfica do Rio Piquiri, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Diante de favoráveis condições de clima, topografia, fertilidade e estrutura do solo, a atividade agropecuária, no Oeste do Paraná, (com culturas tais como:

³ Solos do tipo terra roxa e Clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa) em locais de altitudes menores e o Clima Subtropical Mesotérmico (Cfb) em locais de maiores altitudes.

⁴ O município de Palotina se situa no Terceiro Planalto Paranaense, na unidade de relevo Planalto Central do Paraná, segundo o IBGE.

soja, milho, trigo, avicultura, bovinocultura, suinocultura e piscicultura), ocupou e ocupa importante fatia do mercado, o que impulsiona o desenvolvimento da economia regional que pode caracterizar-se com a denominação “Paraná do agrobusiness” (ROLIM, 1995: 49).⁵

A mesorregião Oeste, dentre as regiões do Estado, é talvez aquela na qual melhor se visualiza o processo de desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. A constituição dos segmentos industriais, principalmente a jusante do setor e através de organizações de cooperativas, bem como a importância das exportações primárias, definiram a dinâmica da economia regional e sua articulação às economias estadual, nacional e mundial (IPARDES, 2004: 69).

As áreas com maior aptidão à agricultura correspondem a 75% da região Oeste – áreas de relevo plano e suavemente ondulado com predomínio de solos férteis e com pouca susceptibilidade à erosão associados às baixas declividades dos terrenos. Tais solos, ocupados principalmente por culturas cíclicas, proporcionam práticas agrícolas com alto nível tecnológico, aplicação intensiva de insumos, melhoramento das condições da lavoura e motomecanização, principalmente nos municípios de Guaíra, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel (IPARDES, 2004).

Contudo, esta caracterização inclui uma evolução que se remete à explicação dos primórdios da colonização (até 1960), quando, em roças novas, apesar das condições favoráveis mencionadas anteriormente, os colonos⁶ passavam por dificuldades de estrutura, de fornecimento de insumos, de comercialização das safras etc.

A Colonização e empresarial no Oeste do Paraná

São aspectos da história da ocupação do Oeste do Paraná: a exploração da erva-mate (pelos obrageros e mensus)⁷, a derrubada das florestas, a imigração sulista, a

⁵ “No empresariado agrícola destacam-se os segmentos vinculados às cooperativas. São os principais executores do Paraná Agrobusiness” (ROLIM, 1999: 92).

⁶ “Colono significa viver numa colônia, de preferência possuir um pedaço de terra suficiente para a sobrevivência, comumente o mínimo equivalente a uma colônia (25 ha); é uma designação mais presente no Sul do Brasil, espaço de maior influência do colono imigrante / europeu. Os produtores rurais da região se autodenominam colonos” (TEDESCO, 2001: 108).

⁷ “As obrages são identificadas como grandes propriedades, ou então como um sistema de exploração da erva-mate e da madeira, típica de áreas de matas subtropicais, existentes em território paraguaio, argentino e brasileiro” (FREITAG, 2001: 53). Os obrageros eram capitalistas argentinos e os mensus eram trabalhadores braçais (índios guaranis e paraguaios) pagos por mês.

policultura de subsistência, a caça e a pesca, entre outros, dando continuidade ao processo anteriormente ocorrido no Sudoeste do Paraná (PFLUCK, 2002)

Para Freitag (2001), uma das características essenciais do extremo-oeste paranaense foi o processo racional de ocupação e de uso do solo agrícola a partir da década de 1930.

A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforme as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões [...] (SANTOS & SILVEIRA, 2002: 250)

A colonização empresarial no Oeste do Paraná, atrelada aos interesses econômicos e políticos nacionais, se caracterizou pela apropriação e organização do espaço a partir dos interesses das companhias colonizadoras e pelo desenvolvimento de uma produção agrícola não apenas para a subsistência, mas para o mercado, que garantiria a renda ao pagamento das terras. Assim, havia uma sintonia de interesses entre companhias colonizadoras, política do Estado e objetivos dos migrantes.

“O Estado encarava o desbravamento do campo como premissa necessária para o processo de industrialização, posto que este implicava uma absorção mais intensa das matérias-primas produzidas pela agricultura” (FREITAG, 2001: 83). Para o Estado, ceder grandes áreas devolutas às companhias colonizadoras, mediante pagamentos simbólicos, seria um incentivo que se reverteria na ocupação do solo, na sua produção e inserção à economia nacional.

O Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda a infra-estrutura que vai viabilizar a meta maior, qual seja, o estágio desenvolvimentista. Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da terra e a seguir através da incorporação [...] ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo (SERRA, 1992: 89).

No Oeste do Paraná, o projeto da Colonizadora Madeireira Rio Paraná (MARIPÁ) se tornou legendário⁸. O seu modelo de colonização foi adotado por outras empresas, dentre elas, aquela que viabilizou a comercialização dos lotes de terra no município de Palotina, a Companhia Pinho e Terras Ltda – fundada em 1946, com sede em Céu Azul – PR (FREITAG, 2001).

A Companhia Pinho e Terras Ltda, ao selecionar seus corretores escolheu os religiosos da Congregação de São Vicente Pallotti, que atuavam em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e desejavam expandir o catolicismo para outras localidades (FREITAG, 2001). De acordo com a mesma referência, se destaca a importância dos padres no sentido de atrair e dar segurança aos colonos no desenvolvimento da agricultura, pois, eram comuns a benção das lavouras e as procissões para afastar a seca ou cessar a chuva.

A agricultura, então, representa não só a subsistência dos agricultores, mas também a entrada na produção mercantil com a qual garantiriam o pagamento de suas terras, um futuro para os filhos, além de inserir o Oeste do Paraná na produção de alimentos para o mercado interno, do Estado e do País, alicerçado nos discursos políticos e na melhoria e ampliação das estradas de rodagem [...] (PFLUCK, 2002: 41).

A colonização aplicada no Oeste do Paraná está vinculada ao conjunto de transformações nacionais em nível de urbanização e de industrialização quando se acentuava o movimento migratório de caráter interno, e neste caso, significou o estabelecimento de descendentes de italianos e alemães procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em pequenos lotes de terras destinados à agricultura (FREITAG, 2001).

Devido às altas taxas de fecundidade e às conseqüentes partilhas de propriedades, os agricultores estavam sendo “expulsos” das antigas colônias do Rio Grande do Sul, o que estimulou a infiltração de migrantes no Sudoeste e Oeste do Paraná (PFLUCK, 2002).

A fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que representa uma fonte de expansão econômica, desempenha um papel importante em nível político, pois, “[...] permitiu canalizar os excedentes populacionais, que, permanecendo nas suas regiões de origem, poderiam ter determinado o agravamento das tensões sociais” (SORJ, 1986: 18).

⁸ Porém, tanto no Paraná como no Mato Grosso, nenhum projeto de colonização empresarial conseguiu se equiparar ao sucesso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, também denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (PFLUCK, 2002).

A situação da fronteira colonial, por si só, já se constitui numa situação de crise [...], ou seja, no momento da instalação, do desbravamento dos colonos, quando se dá a construção do espaço e a constituição e significado dos seus componentes. A colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro [...] (GREGORY, 2002: 249).

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do Estado, pois, sua localização distante da porção leste (onde se iniciou o povoamento do Paraná) e a quase ausência de infra-estrutura de comunicação interligando-a ao restante do Estado, são fatores que justificam o isolamento e a baixa densidade populacional por tanto tempo (IPARDES, 2004).

Em decorrência das frentes de ocupação, dos novos habitantes e de suas experiências de trabalho, a região Oeste se encontrava toda ocupada na década de 1960, porém, ainda passaria por contundentes transformações na estrutura agrária e na produção agrícola, oriundas da “modernização da agricultura”.

As transformações na agricultura e sua relação com as “Cooperativas”

À medida que o projeto de colonização se consolidava, mais migrantes chegavam ao município de Palotina, a área cultivada se expandia e a produção dos agricultores era comercializada, entretanto, os agricultores ou colonos enfrentavam dificuldades, tais como: falta de estrutura para armazenar e comercializar a produção, ausência de assistência técnica, de fornecimento de insumos e preços baixos (COOPERVALE, 1988).

Nas roças novas, em áreas de mata pluvial subtropical e solos de origem basáltica, os colonizadores [...] conseguiram excedentes de produção, que veio a apodrecer por falta ou dificuldade de comercialização. No mesmo período, desenvolveu-se também a suinocultura, alicerçada na grande produção de milho, principal alimento usado na alimentação dos porcos (PFLUCK, 2002: 40).

Reunidos em torno destas necessidades e diante da conjuntura do Brasil no mercado internacional, que propiciava a expansão de cooperativas com o apoio dos governos federal e estadual, vinte e quatro agricultores (inclusive o prefeito do município)

fundaram, em 1963, a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina (Campal). Conforme excerto da ata da primeira assembléia, a Campal tinha como objetivos:

[...] proporcionar aos associados a defesa de seus interesses econômicos, promovendo a venda comum de sua produção agrícola ou pecuária, visando sempre a obtenção de melhores preços e adquirindo para os mesmos tudo o que necessitarem para as suas culturas ou criações, ou ainda artigos de uso pessoal e doméstico, sempre procurando melhor preço e melhor qualidade [...] (COOPERVALE, 1988: 08).

Ao mesmo tempo, o apoio dos governos federal e estadual incentivava a criação de cooperativas como meio de viabilizar a substituição da agricultura colonial pelo binômio soja e trigo.

Conforme Reginato (1979), a agricultura colonial se refere à agricultura trazida pelos colonos sulistas: culturas anuais do milho, do feijão, do trigo, da soja (esta última, utilizada como forragem verde para alimentação animal), da hortelã (que surgiu como opção regional a partir da instalação de empresas compradoras de menta) e criação de suínos – uma agricultura basicamente manual com o apoio de tração animal – condições que predominaram ao longo da década de 1960. Nos anos anteriores, década de 1950, que corresponde ao início da colonização do município de Palotina, ocorreram também plantações de fumo e de café, além da extração madeireira (REGINATO, 1979).

A fundação da Campal em 1963 e a instalação de uma estação experimental do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) em 1966 coincidem com o período de substituição de culturas, quando, tais órgãos, supririam as necessidades de infraestrutura e de assistência técnica, por exemplo, para a “modernização” das culturas de soja, trigo e milho.

O modelo econômico posto em prática no Brasil pelo “movimento revolucionário” de 1964 e que ganhou força no período do “milagre”, teve nas cooperativas um de seus grandes trunfos. Na prática, as cooperativas foram usadas pelo sistema econômico dominante na tarefa de conseguir a qualquer custo a modernização da agricultura brasileira (SERRA, 1986: 22).

A partir de 1965, o governo concedeu crédito subsidiado para a agricultura, o que determinou a mecanização das terras, a adoção de culturas temporárias e a formação das cooperativas, estas últimas, previstas nos Planos Nacionais de

Desenvolvimento (PND) como instrumentos da “modernização da agricultura”, fato que foi responsável por muitas transformações na vida dos agropecuaristas no Oeste do Paraná (GERKE, 1992).

É consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares [...] Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis) [...] (LEITE, 2001: 53).

A eficácia desta ação conjugada influenciou para que o fenômeno da modernização tecnológica da agricultura fosse tão representativo na região Oeste, e especialmente na micro-região de Toledo, onde “[...] encontram-se os processos mais extensos e intensos de modernização no Paraná. No espaço que se estende de Cascavel até o município de Palotina [...]” (PERIS, 2002: 109).

Conforme Peris (2002), a dinâmica econômica da micro-região de Toledo está mais voltada para o agronegócio e o potencial agroindustrial é a sua principal alavanca para o desenvolvimento.

Em estatística agropecuária de 2001, trabalhada pelo Ipardes (2004), o Oeste aparece em primeiro lugar na produção de soja, milho, aves, suínos e leite, em comparação com as outras regiões do Paraná.

No município de Palotina, a produção de soja, ao longo dos anos, se constituiu numa tradição impulsionada por incentivos econômicos e propícias condições de solo, clima e topografia. Em 1980, o município recebeu o título de Capital Nacional da Soja, em razão da grande produtividade. Conforme Fleischfresser (1988), a soja, no Paraná, é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura que, devido à adoção de meios de produção de origem industrial, intensifica as desigualdades socioeconômicas entre os produtores.

“Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais” (SANTOS, 1996: 243). Se há uma invasão, conseqüentemente, ocorrerá uma expulsão, já que há uma resistência seletiva ao “contágio” do mundo do capital tecnológico.

Nesta perspectiva, de acordo com Serra (1992), quando terminou o processo de ocupação pioneira, a luta pela posse da terra e os entraves dos posseiros e grileiros deixaram de ser as principais ameaças – a luta tomou outro rumo, ou seja, evoluiu nos ditames da “modernização da agricultura”, que implicou, além da conquista da terra, a conquista das condições para o seu racional aproveitamento econômico.⁹

O referido pacote tecnológico fez com que o desenvolvimento da agricultura dependesse cada vez mais de investimentos de capital, e menos da estrutura fundiária, da mão-de-obra familiar e da policultura de subsistência. A repartição das terras durante a colonização havia criado a pequena propriedade¹⁰, mas a mudança na exploração agrícola fez voltar a grande propriedade. Quer dizer, o alto custo da utilização de insumos modernos inviabilizava os pequenos agricultores, pois, a eles, foi imposto o mesmo modelo de exploração dos grandes proprietários, porém, com margens de lucro questionáveis.

Mesmo quando inexistia uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorreu no Brasil na década de 70, quando a política agrícola da modernização conservadora levou a um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural (DELGADO, 2001: 24-25).

Outrora, no caso em questão, o planejamento das companhias colonizadoras, na divisão das terras em pequenos lotes, representou muito mais uma estratégia de venda - vendiam lotes menores em vista do poder aquisitivo dos compradores. O objetivo das colonizadoras era vender rápido para recuperar os próprios investimentos, pois havia o comprometimento prioritário com o capital privado.

Após cumprir a tarefa de repartição, comercialização e aplicação de alguma infra-estrutura, as empresas colonizadoras findavam suas obrigações. Isto significa que os agricultores ficaram a mercê das transformações que desencadearam o processo de

⁹ A modernização da agricultura compunha um projeto mais amplo de modernização da economia nacional, estritamente relacionado às mudanças econômicas ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Trata-se de um modelo agrícola importado dos Estados Unidos - o pacote tecnológico chamado de Revolução Verde, que visava o aumento da produtividade agrícola por meio de fertilização, utilização de maquinaria etc. Principalmente, visava à expansão e o fortalecimento de grandes corporações.

¹⁰ Referência ao sistema de repartição de terras das companhias colonizadoras (o tamanho dos lotes variava em torno de 20 hectares).

“modernização da agricultura” agilizado pela ação conjugada do Estado, das cooperativas agropecuárias e das agroindústrias privadas.

É importante ressaltar que mesmo diante de inúmeras dificuldades enfrentadas (altos custos de produção, insuficiência de crédito rural etc) os pequenos proprietários coexistem com os grandes proprietários e procuram alternativas econômicas e sociais que possibilitem sua reprodução social (HESPANHOL & COSTA, 2002).

Para Rolim (2005), no Paraná do Agrobusiness estão presentes todas as contradições da agricultura brasileira: desde os chamados “agricultores modernos” até os excluídos do processo de modernização tecnológica; da agricultura empresarial à agricultura familiar, como ainda os marginalizados.

Em relação à concentração fundiária, o Índice de Gini da Mesorregião Oeste é 0,676. “O Índice de Gini, calculado a partir do Censo Agropecuário 1995/96, inclui proprietários e não-proprietários. Considera-se que entre 0,5 e 0,7 a concentração é forte, e entre 0,7 e 0,9 muito forte” (IPARDES, 2004: 70).

Diante de um índice de forte concentração na Mesorregião Oeste, se verifica, ao contrário deste processo, uma democratização do acesso a terra no município de Palotina, que, conforme a TABELA 01, apresenta maior quantidade de estabelecimentos nos estratos de 00 a 40 hectares (ha), sendo a maioria entre 10 e 40 hectares.

TABELA 01 – Estratificação Fundiária do Município de Palotina.

Estratos (ha)	Nº de estabelecimentos	Estratos (ha)	Nº de estabelecimentos
00 a 05	364	140 a 160	06
05 a 10	324	160 a 180	10
10 a 20	653	180 a 200	08
20 a 40	594	200 a 300	07
40 a 60	156	300 a 400	08
60 a 80	68	400 a 500	01
80 a 100	38	500 a 600	01
100 a 120	20	600 a 700	01
120 a 140	10	Acima de 700	00

FONTE: Prefeitura de Palotina-PR, 1998. Organizado por Ferreira (2004, p.52).

O IparDES, para fins de classificação socioeconômica, considera que os estabelecimentos com até 50 ha constituem a categoria de agricultores familiares, devido ao

predomínio do trabalho familiar; os estabelecimentos com área acima de 100 ha, por apresentar maior quantidade de força-de-trabalho contratada, foram classificados como agricultores empresários; e entre 50 a 100 ha constituem um estrato de transição, ora se enquadra em uma ou outra categoria, de acordo com o caráter das relações de produção (IPARDES, 2004).

Conforme TABELA 01, há uma parcela maior de estabelecimentos inferiores a 50 hectares. Significa que, mesmo que a especialização produtiva ou a monocultura mecanizada tenha provocado desemprego de mão-de-obra no campo e ameaça de inviabilização das pequenas propriedades, principalmente entre 1970 e 1980, um número significativo de estabelecimentos que constituem a categoria de agricultores familiares permaneceu.¹¹

De acordo com Delgado (2001: 25), reduzir um ponto de vista ao binômio latifúndio-minifúndio é usar termos que há muito tempo não são generalizáveis, pois, “[...] Ao fazer isso, exclui-se uma grande massa de pequenos produtores tecnificados e completamente integrados ao sistema agroindustrial [...]”.

Por exemplo, os produtores associados à cooperativa e integrados à agroindústria. Daí se verifica o papel da cooperativa que, no caso de Palotina, surgiu em 1963, quando se caracterizava apenas pela função comercial, mas que, com o passar do tempo, se desenvolveu direcionada ao projeto de agroindustrialização, efetivado na década de 1990.¹²

A mudança de conduta das cooperativas, ao se transformarem em cooperativas agroindustriais, pode ser exemplificada com as mudanças de sua razão social. Neste caso, em 1963 surgiu a Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina); em 1974, quando ampliou sua estrutura e sua área de ação para outros municípios do Oeste do Paraná, passou a ser chamada de Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda) e desde o dia 21 de novembro de 2003, em assembléia extraordinária, a Coopervale mudou o nome para C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

¹¹ Todavia, deve-se considerar a hipótese de que um proprietário possua mais de um destes pequenos estabelecimentos e que nem sempre, neste pequeno estabelecimento, a mão-de-obra seja familiar.

¹² A partir de 1997, inauguração de Complexo Industrial Avícola formado por matizeiro, incubatório, abatedouro, aviários e fábrica de ração, no município de Palotina – e de amidonarias, localizadas em Assis Chateaubriand e Terra Roxa – municípios do Oeste do Paraná.

Na década de 1980 a Coopervale apresentava uma estrutura que a posicionava como a maior organização cooperativista do Oeste do Paraná – na safra 1987/1988, a Coopervale recebeu e comercializou 12,7 milhões de sacas de grãos, contra 10,1 milhões da extinta Coopagro (atual Coamo, de Toledo), 4,9 milhões da Coopagril (Marechal Cândido Rondon), 4,5 milhões da Cotrefal (atual Lar, de Medianeira), 4,2 milhões da Coopacol (Cafelândia) e 3,6 milhões da Coopavel (Cascavel) (COOPERVALE, 1988).

O período de crescimento da Coopervale (em estrutura e em número de associados), entre 1970 e 1980, é simultâneo ao momento de maior quantidade de financiamentos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR):

A modernização da agricultura brasileira teve o seu período de maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Na década seguinte, os financiamentos fluíram com uma enorme facilidade, permitindo que os produtores e agroindústrias pudessem se capitalizar e se integrar. No entanto, já a partir dos anos 70 esse sistema apresentava sérios problemas de operacionalização. [...]

Na década de 80, o crédito oficial geral consubstanciado no SNCR reduziu-se a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado no período anterior (BELIK; PAULILO, 2001, p.95-96)

Em suma, o então presidente Alfredo Lang divide a história da cooperativa em quatro fases: a 1ª corresponde à criação da cooperativa e à organização documental (1963 a 1969); a 2ª fase foi de organização da produção, ampliação da estrutura e da área de atuação, que se prolongou até a década de 1980; a 3ª fase se estendeu até 1995, foi um período de transição (adaptação às novas exigências da economia com relação aos produtores e às empresas) como reflexo da redução da rentabilidade do setor primário; a 4ª fase é marcada pelas medidas tomadas em 1995, com a elaboração do Plano de Modernização, etapa que Lang classifica de agregação de valores (COOPERVALE, 1999).

As cooperativas que inicialmente caracterizava-se pela função comercial promoveram a integração do grupo de associados ao modelo e ao ritmo de produção do

Complexo Agroindustrial (CAI)¹³, porém, quanto à participação dos produtores associados à cooperativa:

Existem diferenças apontadas pelo maior ou menor volume de produção, pela valorização maior ou menor da atividade agrícola a que se dedicam, pela propriedade de grandes ou pequenas porções de terra, pela forma como eles se introduzem e vivenciam a instituição cooperativa, pelo modo como eles se identificam no processo de produção (ARAÚJO, 1982: 215).

Neste contexto, a implantação do complexo industrial avícola, em Palotina, surgiu a partir de uma estratégia da cooperativa para a diversificação da produção agrícola e à permanência e capitalização das pequenas propriedades.

O discurso fundamentado no cooperativismo, divulgado através da assessoria de imprensa da C.Vale e dos meios de comunicação local e regional, repercutiu como uma proposta positiva para a diversificação das atividades e para a geração de renda dos agricultores. “A gestão do cooperativismo está calcada no discurso dos representantes governamentais que vêm nesta forma de organização o fio condutor do bem-estar social e econômico” (SCHLOSSER, 2001: 150).

A implantação do complexo industrial avícola, o crescente faturamento da cooperativa e a influência econômica em sua área de ação refletem a imagem da C.Vale como uma cooperativa moderna e arrojada.

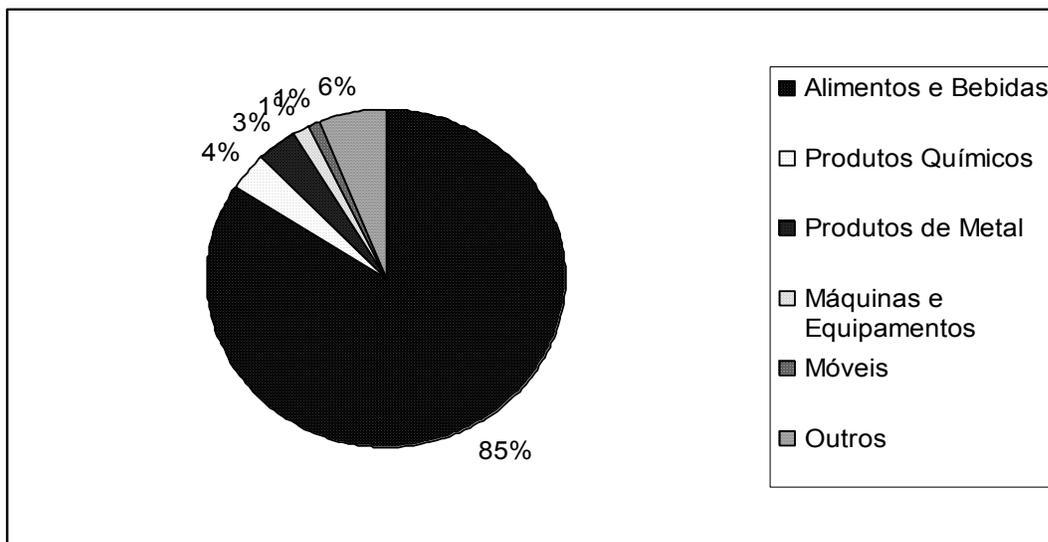
Cooperativas estruturadas em torno da soja, tais como a C.Vale, deram origem às principais agroindústrias da região Oeste (frigoríficos, laticínios, moinhos, fábrica de ração, de óleo de soja etc), são as seguintes cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel); Cooperativa Agroindustrial Lar, com matriz em Matelândia; Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol), sediada em Cafelândia; Copagrill, com sede em Marechal Cândido Rondon; e duas cooperativas centrais, Cotriguaçu e Sudcoop.

Em 2004, uma publicação da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) demonstrou, por meio de um catálogo das indústrias paranaenses, informações e características de maneira a evidenciar o perfil e a vocação econômica de cada região do

¹³ O conceito de CAI é interpretado tanto como estrutura produtiva coadjuvante ao processo de “modernização” e de industrialização da agricultura, como, também, unidade de análise à compreensão do campo brasileiro.

Paraná, por exemplo, da Mesorregião Oeste do Paraná (Figura 01), onde se verifica uma maior concentração de indústrias de alimentos e bebidas (CAETANO, 2004).

FIGURA 01 – Distribuição da indústria na Mesorregião Oeste do Paraná.



FONTE: CAETANO, 2004 - Gazeta do Paraná, n.4327, p.06.

A maioria dos investimentos significativos ocorridos na Região Oeste, especialmente no setor industrial, estão vinculados à agroindústria e às cooperativas agropecuárias, e foram beneficiados pela política governamental (PERIS, 2002).

A constituição de um “complexo soja” regional, com a produção de insumo para a indústria de rações e ao lado da produção de milho, criaram as bases para a produção e industrialização de carne de pequenos animais, atividades estruturalmente ligadas aos pequenos agricultores e que têm se constituído em importante suporte à sobrevivência da agricultura familiar (IPARDES, 2004: 69).

A trajetória Campal / Coopervale / C.Vale, rumo ao projeto de agroindustrialização (efetivado na década de 1990), representa períodos de diferentes características no processo de transformações na agricultura paranaense e particularmente em Palotina, objeto circunstancial dessa pesquisa.

Considerações finais

A liderança das cooperativas agroindustriais, diante do caráter competitivo dos grandes grupos econômicos, acompanha o ritmo de expansão do setor agropecuário, estimula os investimentos em tecnologia e difunde uma cultura empresarial entre os agricultores.

O conhecimento de que as cooperativas podem coordenar contratos e suas respectivas produções agropecuárias de maneira a reduzir riscos e agregar valor, abre inúmeras possibilidades de eficiência do ponto de vista econômico e das estratégias empresariais. Assim, os conservadores princípios cooperativistas, embora aparentemente antagônicos aos constantes desafios econômicos e estruturais do mercado, são incorporados “harmonicamente” como um diferencial ou um aspecto que assegura a existência da cooperativa porque preserva a imagem da empresa como organização honesta e vantajosa. Desta forma, a manutenção da cooperativa desempenha um elo de função econômica e política.

Neste estudo, acredita-se que as cooperativas poderiam contribuir com uma modernização menos dolorosa e menos conservadora (SILVA, 1982) se estivessem voltadas ao ideal cooperativista universal; e não tão comprometidas com o modelo de modernização da agricultura brasileira voltada aos sistemas econômicos dominantes.

Muitas vezes, a difusão de uma massiva ideologia para a competitividade e a pouca compreensão sobre a teoria e a prática cooperativistas, somadas à falta de educação para uma gestão cooperativista, induzem ao comportamento passivo dos associados ou ao comportamento de ganho individual em detrimento do ganho coletivo, o que pode desestimular o fortalecimento de um modelo de associação que poderia ser encarado como meio de amenizar e até de solucionar as dificuldades dos produtores mais necessitados.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M.C. de. Geografia Econômica. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998, 326p.
- ARAÚJO, S.M.P. de. Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982, 215p.
- BELIK, W; PAULILO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S.P. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.95-120.
- CAETANO, R. Distribuição espacial da indústria no PR. Gazeta do Paraná, ano XIV, n.4327, Cascavel, 11/12/2004, p.06.
- CARLOS, A.F.A. Espaço e Indústria. 8ed. São Paulo: Contexto, 2000, 70p.
- COOPervalE. Uma história de trabalho, união, confiança e participação. Revista Cooperavale – Edição Especial, Palotina: Imprevale, 70p. Novembro/1988.
- COOPervalE. Coopervale 30 anos de atividades, edição 31, Cascavel: Tuicial, out. de 1999, 15p.
- DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.P. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.15-52.
- FALVO, G. Inventário Ambiental de Palotina, Curitiba: 1997.
- FERREIRA, G.A.L. A proposta da política PRONAF para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina-PR. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004, 121p. (Dissertação de mestrado).
- FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988,154p.
- FREITAG, L. da C. Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945). Cascavel: Edunioeste, 2001, 140p.
- GERKE, A.A. Copagril: uma análise do cooperativismo no oeste do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992, 227p. (Dissertação de mestrado).
- GREGORY, V. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002, 266p.

- HESPANHOL, R.A. de M.; COSTA, V.M.H.de M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação. *Boletim de Geografia*. Maringá, v.01, n.01, p.01-11, 2002.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras Regionais*, Curitiba, 2004.
- LEITE, S.P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S.P. (org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.53-93.
- PERIS, A.F. *Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 2002, 173p.
- PFLUCK, L.D. *Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano: Marechal Cândido Rondon-PR/195-1997*. Cascavel: Edunioeste, 2002, 128p.
- REGINATO, P. *História de Palotina 1954-1979*. Santa Maria: Palloti, 1979, 237p.
- ROLIM, C.F.C. “O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político”. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, N.86, set./dez.1995, pp.49-99.
- SANTOS, M. “Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: FFLCH-USP, n.54, jun.1977, 81-99.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473p.
- SCHLOSSER, M.T.S. *Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização no Oeste do Paraná (1960-1980)*. Maringá: UEM, 2001 (Dissertação de Mestrado)
- SERRA, E. “A Reforma Agrária e o Movimento Camponês no Paraná”. In: *XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais*, vol.II. Maringá: UEM, 1992, pp.108-138.
- SERRA, E. *Contribuição no estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá (Dissertação de Mestrado)* Rio Claro, SP: Unesp, 1986, 251p.
- SILVA, J.G.da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192p.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 162p.

TEDESCO, J.C. (org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ed. Passo Fundo-RS: UPF, 2001, 405p.